

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Vítimas de Mariana	1
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Jardineiro, carroceiro, todo o mundo tem acesso	2
Título: Privatização de estatais volta à pauta do governo federal	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Ex-Vale busca investidor para a Bahia Mineração	4

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: Vítimas de Mariana

O acordo assinado entre a Samarco, Vale e BHP Billiton, ministérios públicos e governos de Minas e do Espírito Santo será homologado no dia 8. Assim, a Samarco abre caminho para renegociar sua dívida com credores no exterior. O acordo prevê que as vítimas de Mariana tenham maior participação nas decisões referentes aos danos do rompimento da barragem. A contrapartida é a

extinção de uma ação civil pública de R\$ 20 bilhões contra as mineradoras e a suspensão por dois anos de outra, no valor de R\$ 155 bilhões.

ECONOMIA

Tem jeito

A Petrobras já tem aprovados investimentos de US\$ 30 bilhões no Rio de Janeiro para os próximos cinco anos. Ou seja, se o governador eleito em outubro não fizer muita bobagem, o estado tem jeito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Jardineiro, carroceiro, todo o mundo tem acesso

Entrevista : Luiz Carlos Mendonça de Barros

Ex-ministro responsável pela privatização da Telebras ressalta universalização da telefonia e defende mudanças na Petrobras

São Paulo- Há 20 anos, Luiz Carlos Mendonça de Barros comandava o Ministério das Comunicações durante a privatização da Telebras. Hoje, ele defende o legado da desestatização e diz que o processo trouxe melhoria ao mercado e acabou com feudos políticos estaduais.

Mendonça de Barros destaca a universalização da telefonia, na contramão das críticas de que ela restringiria o serviço aos mais pobres. "Hoje, todo o mundo tem acesso."

Para ele, a crise da Oi, em recuperação judicial, é resultado de um erro cometido pela Andrade Gutierrez, já no leilão da Telebras. A empresa vencedora da então Telemar (renomeada de Oi) não incluiu sócia estrangeira, como sugeria o edital.

Qual o legado da privatização?

É a transformação de um monopólio público em um mercado concorrencial privado sem que ocorresse aquilo que os críticos lá atrás diziam, que o pobre não ia ter telefone.

As empresas são alvo de reclamação quanto a preço e qualidade. A modelagem poderia ter sido mais bem equacionada?

Tem reclamação como em qualquer serviço público. Há 200 milhões de celulares. Proporcionalmente, a reclamação cresce, mas a base [de clientes] era muito menor.

Como avalia a atuação da Anatei [agência reguladora do setor]?

Está muito bem. Uma responsabilidade da agência era não deixar diminuir a concorrência. E o que houve foi um aumento da concorrência.

Como se explica o caso da Oi?

A única concessionária da Telebras que viveu sempre com problemas é a Oi, que vem do leilão da Telemar.

Foi o único em que a vencedora [Andrade Gutierrez] não seguiu o modelo sugerido pelo BNDES, de que os consórcios tivessem uma empresa privada reconhecida no mundo.

Vivemos muitas décadas com uma estatal, não havia empresários do ramo.

A Oi foi a única que não colocou, e você vê o que aconteceu.

Não tinha uma empresa que pudesse acompanhar essas mudanças tecnológicas. Isso é uma prova de que pau que nasce torto morre torto.

Aposição do brasileiro quanto à privatização mudou de lá para cá?

Mudou um pouco. Na minha época, havia duas discussões com a esquerda: a Vale do Rio Doce e a Telebras. A crítica é que íamos vender o subsolo ao estrangeiro e que depois ele ia parar com as atividades. Não aconteceu nada disso. Na Telebras, a crítica era que pobre não ia ter telefone. Hoje, jardineiro, carroceiro, todo o mundo tem acesso.

São exemplos da nossa época que mostram que não é verdade esse tipo de crítica.

Como enxerga as privatizações que estão na pauta atualmente?

A Eletrobras vai ter de ir para o mesmo caminho.

O conceito é o seguinte: o monopólio é um perigo para a sociedade. Mas você tem dois tipos: o público e o privado.

No público tem uma outra questão, e na Telebras era assim: cada estado tinha uma empresa dominada pela classe política local. Hoje, se esquece que isso acabou.

Há espaço para privatizar a Petrobras?

A Petrobras é quase uma referência da esquerda, cada vez que mexe vem um vespeiro. O FHC, em 2000, me pediu para preparar um plano para privatizá-la. Minha proposta foi dividir a empresa em duas e privatizar uma delas. A sociedade ia olhar ambas, e as coisas não poderiam se distorcer.

No fim, aconteceu o apagão, e o governo perdeu a condição política. Mas acho que vamos ter de mexer [na Petrobras] no próximo governo. Só que eu vou estar bem longe disso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Privatização de estatais volta à pauta do governo federal

A venda de empresas públicas voltou à agenda brasileira no governo Michel Temer, que criou um novo programa de desestatização nacional e colocou na

mira a Eletrobras, uma das gigantes estatais que sobreviveram às ondas de privatização das décadas passadas.

Apesar da venda de companhias de menor porte nos anos 1980, foi em 1990 que as privatizações ganharam força, após a criação do Plano Nacional de Desestatização.

A siderurgia foi um dos primeiros alvos: em 1993, a CSN (Companhia Nacional de Siderurgia) foi vendida.

A Embraer, que acaba de acertar a venda de parte da empresa para a americana Boeing, foi privatizada em 1994.

Em 1997, foi a vez da Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo. O comprador foi um consórcio liderado pela CSN.

O leilão do Sistema Telebras, com receita de R\$ 22 bilhões (valor da época), é considerado o maior do país. TH

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Ex-Vale busca investidor para a Bahia Mineração

Coluna do Broadcast

O ex-diretor de Ferrosos da Vale, José Carlos Martins, segue bastante ativo no mundo da mineração. O executivo, que teve seu nome aventado na disputa pela presidência da Vale no início do ano passado, está realizando roadshows (apresentação a investidores) da Bahia Mineração (Bamin), que busca um investidor para dar tração ao seu projeto. A Bamin é presidida, desde o fim do ano passado, por Eduardo Ledsham, também ex-Vale. Martins já conversou com potenciais investidores na China, Oriente Médio e Europa. Em agosto, ele embarca para Coreia do Sul e Estados Unidos.

» De olho na qualidade. A mina da companhia, com uma capacidade de produção anual entre 16 e 17 milhões de toneladas, é obviamente muito pequena perto do volume da Vale - de cerca de 400 milhões -, mas a qualidade do insumo, com um teor médio de ferro entre 65% e 69,5% (o que é bastante elevado), tem chamado a atenção.

» E tem mais. Outra vantagem que tem sido apresentada aos investidores é o fato de o projeto já possuir todas as licenças, inclusive da barragem, o que é muito significativo, principalmente após a tragédia da Samarco. O controle acionário da Bahia Mineração, que iniciou sua formação em 2005 com o projeto Pedra de Ferro, é hoje de uma empresa do Cazaquistão, a Eurasian Resources Group (ERG). Essa companhia tem um portfólio de ativos de produção e projetos em desenvolvimento em 14 países.

MME / ASCOM .